

## ACERCA DA LISTA B

Na ultima reunião da Comissão Fiscalizadora das Eleições para os Corpos Gerentes da A.A.C. foi posta em discussão uma possivel tomada de posição publica ( através de um comunicado ) em nome dessa Comissão, sobre os métodos utilizados pela lista "B" relativamente á "sua" (da lista B) campanha eleitoral. Tal proposta foi recusada pelas listas "D" e "E" e, evidentemente, pela "B". Ou seja, foi maioritariamente recusada.

Queremos no entanto tomar uma posição sobre esta questão. É o que passaremos a explicitar.

1 - Pela sua composição e heterogeneidade politica e ainda pelas funções que lhe foram atribuidas, é perfeitamente ilusório e contraditório pretender que a Comissão Fiscalizadora tome uma posição, forçosamente politica, sobre o método desta ou daquela lista. Nós pensamos que os métodos não se podem isolar das perspectivas politicas . A critica politica e a critica metodológica actuam como um todo. Esta é a primeira e principal razão para se afirmar a impossibilidade objectiva e subjectiva de a Comissão Fiscalizadora se manifestar homogéneamente de um ponto de vista politico e de classe precisa

2 - Por outro lado as atribuições e a função da Comissão Fiscalizadora definidas em Assembleia Magna, impedem-na também de se manifestar sobre questões que lhe foram proibidas. Na realidade, os critérios a utilizar e aprovados em A.M. para regerem todo o processo eleitoral, bem como a apresentação de listas concorrentes, referem unica e exclusivamente para questões de tipo administrativo e burocratico. Como todos se lembram, os critérios aprovados ( apoiados pela lista "A" e pela lista "C" ) apenas indicam a necessidade das cem assinaturas subscreventes para uma lista de 28 pessoas , e pouco mais. Os critérios de ordem politica ou de ordem processual sobre a questão das eleições, que os estudantes integrantes da lista "D" ( e outros estudantes ), tentaram explicar e defender como os critérios essenciais e determinantes, foram recusados nessa Assembleia.

Nesta altura ainda mantemos a mesma opinião sobre essa questão, só que nos submetemos ás decisões dessa A.M., decisões essas de que continuamos a discordar.

3 - Nesta medida a lista "D" cumpriu tudo o que foi estipulado e definido maioritariamente pelos estudantes. Não seremos nós, através de novo processo administrativo, a contrariar tais resoluções. Contudo, alertamos as massas estudantis para o risco de voltarem novamente a ser levadas para situações deste tipo. Nós estamos totalmente convencidos de que só politicamente e segundo um ponto de vista de classe bem determinado (quanto a nós, procuramos defender e fazer nosso o ponto de vista do proletariado) é que os problemas podem ser tratados e resolvidos. Por isso estamos radicalmente em desacordo com as posições das listas "A" e "C", quer com os seus métodos quer com a sua atitude política, e se para nós não é espanto nenhum que (sendo essas duas listas defensoras de critérios administrativo-burocráticos para a resolução dos problemas políticos) as coisas se passem desta maneira, queremos no entanto frisar bem que tais posições não são esporádicas ou ilógicas. Tais posições têm uma lógica bem determinada se pensarmos no que está presente e subjacente à ideologia "sindicalista estudantil" tão profusamente espalhadas pelas duas listas atrás referidas.

4 - Os "métodos" da lista "B" são perfeitamente lógicos em relação às suas (im)perspectivas políticas. Ao rejeitarem em bloco qualquer trabalho "político" no meio estudantil da mesma maneira que rejeitam qualquer trabalho "político" no meio operário, acabam por dar "carta branca" às correntes políticas burguesas, estalinistas e maoístas para intervirem nesses mesmos meios.

A recusa da "política" favorece sempre sempre a política de outrém.

Por outro lado, ao atribuir a todos os estudantes um estatuto político burgues, ao condenar os estudantes à miserável situação de cães de guarda do Capital, mais não propagandeiam e defendem objectivamente do que aquilo que a burguesia e os estalinistas espalham por aí : os estudantes foram feitos para estudar.

Coimbra, 29.1.1975

"CONTROLE OPERÁRIO SOBRE O ENSINO"

Lista D